



VIGIAR A DEMOCRACIA, PUNIR O GOLPISMO: narrativas oficiais sobre o protesto de 08 de janeiro de 2023 na sede dos Três Poderes, em Brasília

Eduardo Fernandes¹
Cristiano Nicola Ferreira²
Valentina Fonseca da Luz³

Resumo: Este artigo objetiva analisar quais os enquadramentos interpretativos produzidos por representantes do governo sobre o protesto de 08 de janeiro de 2023. Adotando como fonte as declarações no Twitter do Presidente Lula, do Ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino e do Deputado Federal André Janones entre 08 de janeiro e 30 de abril de 2023, busca compreender como os manifestantes, suas táticas e reivindicações são enquadrados (diagnóstico) e quais as soluções propostas para o problema social identificado (prognóstico). Os resultados apontam que os atores analisados tendem a convergir para uma narrativa composta por molduras que se articulam e se retroalimentam. Na dimensão de diagnóstico, o artigo identifica dois enquadramentos centrais: “crime e desordem” e “golpismo”. Na dimensão prognóstico, verifica dois enquadramentos principais: “punitivista” e “defesa da democracia”.

Palavras-chave: Enquadramento interpretativo; protestos antidemocráticos; twitter; Brasil.

TO WATCH THE DEMOCRACY, TO PUNISH THE COUP D'ETAT: official narratives about the January 8, 2023 protest at the headquarters of the Three Powers, in Brasília

Abstract: This article aims to analyze the interpretative frameworks produced by government representatives about the protest of January 8, 2023. Based on the statements on Twitter by President Lula, Minister of Justice and Public Security Flávio Dino and Federal Deputy André Janones between January 8 and April 30, 2023, we seek to understand how they frame the protesters, their tactics and claims (diagnosis) and what solutions they propose for the identified social problem (prognosis). The results indicate that the analyzed actors tend to converge to a narrative composed of frames that articulate and feed each other. In the diagnostic dimension, we identified two central frameworks: “crime and disorder” and “coup d'état”. In the prognostic dimension, we verified two main framings: “punitivist” and “defense of democracy”.

Keywords: Framing; anti-democratic protests; twitter; Brazil.

Artigo recebido em: 09/06/2023 Aprovado em: 01/11/2023
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n2.2023.40>

¹ Doutorado e Mestrado em Sociologia (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (UVV). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRGS) e em Psicologia (PUCRS). E-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS). E-mail: nicolaferreira.cristiano@gmail.com.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRGS). E-mail: valentinafonseca.fl@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Após a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República em 2018, muito se produziu, seja na imprensa, seja no debate acadêmico, sobre as ameaças à democracia que sua eleição representou, bem como sobre suas ações de deslegitimação da democracia e desconstrução de políticas públicas relevantes para o contexto brasileiro (AVRITZER; KERCHE; MARONA, 2021; MOTA; FORTE, 2023; OLIVEIRA, 2022; SINGER, 2022). Esses debates giraram em torno de temas como o uso de ferramentas computacionais para a propagação de informações falsas (CESARINO, 2019, 2022), o acirramento da relação com o Supremo Tribunal Federal (STF), as acusações de interferência do Poder Executivo em órgão de investigação e controle do Estado, assim como as seguidas contestações presidenciais à legitimidade da urna eletrônica brasileira.

Logo após a derrota de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2022, milhares de apoiadores do ex-presidente, em várias cidades do país, passaram a acampar em frente dos quartéis, defendendo a “intervenção militar” no Brasil. No dia 08 de janeiro de 2023, uma semana após a posse de Lula como novo presidente eleito, milhares de apoiadores do ex-presidente caminharam até a sede dos Três Poderes da República, com suspeita de conivência das forças de segurança do Distrito Federal (DF). No ocorrido, destruíram vidraças, quebraram objetos históricos que encontraram nos prédios, além de terem destruído as salas de ministros do STF. Após investigações preliminares sobre o ato, foi encontrada minuta de golpe em posse do ex-ministro de Justiça e Segurança Pública na gestão de Bolsonaro e então Secretário de Segurança do DF, Anderson Torres.

Diante desse contexto, uma das principais questões emergentes no debate público foi a reação do governo recém-eleito ao protesto. Durante o dia 08 de janeiro e nos meses seguintes, atores políticos representantes do governo Lula deram diversas declarações tanto a respeito da sua visão sobre os manifestantes quanto a respeito das ações que deveriam ser tomadas para solucionar a situação. Instaurou-se, assim, uma disputa interpretativa quanto aos sentidos do protesto, tendo como uma das principais arenas as redes sociais e, especificamente, o *Twitter*. Identificamos três atores centrais que, em nome do governo, se posicionaram em relação ao protesto via *Twitter*: o presidente Lula, o Ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino e o deputado federal André Janones.

Entendemos que a teoria do enquadramento interpretativo da ação coletiva (BENFORD; SNOW, 1992; 2000; SNOW; BYRD, 2007) fornece instrumentos relevantes para a análise dessa disputa. Partindo de um pressuposto construtivista e interacionista simbólico, essa teoria assume que os atores sociais selecionam determinados aspectos da realidade (em detrimento de outros) para produzir molduras interpretativas que os favoreçam e/ou deslegitimem seus oponentes. Segundo Snow

e Benford (1992, p. 137), molduras interpretativas são o “esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado”. O enquadramento interpretativo envolve o processo estratégico de construção e disseminação dessas molduras.

Geralmente, essa teoria é mobilizada ou para compreender a interpretação por parte de atores e atrizes que promovem a ação coletiva (por exemplo: líderes de organizações de movimentos sociais) (PEREIRA; SILVA, 2017), ou para compreender a cobertura de veículos midiáticos à ação de movimentos sociais (FERES JR. *et al.*, 2019; TEIXEIRA; FERNANDES; SILVA, 2020). Argumentamos que uma inovação teórico-metodológica é analisar os enquadramentos produzidos por atores políticos representantes do governo sobre eventos de protesto, dado que essa é uma forma de analisar as relações entre Estado e mobilizações sociais na proposição de políticas públicas.

Em suma, a problemática que guia este artigo é a seguinte: quais os enquadramentos interpretativos produzidos por representantes do governo sobre o protesto de 08 de janeiro de 2023? Adotando como fonte as declarações no *Twitter* de Lula, Dino e Janones entre 08 de janeiro e 30 de abril de 2023, buscamos compreender (a) como os manifestantes, suas táticas e reivindicações são enquadrados (diagnóstico) e (b) quais as soluções propostas para o problema social identificado (prognóstico).

Para atingirmos tais objetivos, estruturamos o texto da seguinte forma: na próxima seção, situamos o referencial teórico quanto ao *Twitter* como arena de disputas interpretativas e quanto ao modelo mobilizado para estudo do enquadramento interpretativo da ação coletiva; em seguida, explicitamos a metodologia de coleta e análise de dados; na seção posterior, analisamos os enquadramentos construídos por Lula, Dino e Janones quanto ao protesto de 08 de janeiro; na conclusão, sintetizamos os resultados e as contribuições do artigo.

2 TWITTER E ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS

Para situar o trabalho no campo de estudos sobre enquadramentos dos eventos de protesto na internet, foram buscadas as palavras-chave “twitter” + “protesto”; “twitter” + “movimento” no Portal de Periódicos CAPES. O objetivo da busca consistiu em identificar estudos que abordam as especificidades do *Twitter*, as quais incluem a rapidez na comunicação, o uso de mensagens curtas, a divulgação de *hashtags* e a interação entre diferentes atores e atrizes sociais, inclusive com uso por agentes institucionais como forma de comunicação independente (SANTOS, ALMADA, 2019; VALE; SERRA, 2019; ALMEIDA; DIENSTBACH; BARBOZA, 2021; CONSTANTE, 2021).

O *Twitter*, rede social de microblogging, com textos de até 280 caracteres, vem sendo amplamente mobilizado para organização e divulgação de mensagens por e sobre movimentos sociais, especialmente em tempo real. Desde seu surgimento, em 2006, e sua popularização em 2009, a rede tem sido usada por jornalistas e ativistas para a amplificação de pautas de forma independente, tendo como um dos primeiros exemplos significativos a cobertura do processo eleitoral no Irã pela #IranElection, em 2009 (CONSTANTE, 2021, p. 3).

Por suas especificidades, o site é uma fonte importante para a análise de enquadramentos da ação coletiva: a possibilidade de atualização via dispositivos móveis, as publicações curtas, a apropriação da rede para coberturas jornalísticas em tempo real e a visibilidade dos conteúdos por meio da replicação fizeram da plataforma não somente um espaço de divulgação, mas de produção e disputa de informações (RECUERO; BITTENCOURT; ZAGO, 2016, p. 119). Estudos sobre as postagens nas manifestações de 8M (ARNÁIZ; LLAMAS, 2020), na cobertura midiática dos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff (RECUERO; BITTENCOURT; ZAGO, 2016), na reação à execução de Marielle Franco (BARBOSA; ROCHA, 2018) e nos protestos conhecidos como “Breque dos Apps” (ALMEIDA; DIENSTBACH; BARBOZA, 2021) propuseram-se a debater diferentes usos do *Twitter* como ferramenta para disseminação e repercussão da ação coletiva.

Como destacam Almeida, Dienstbach e Barboza (2021, p. 59), a comunicação pelas mídias digitais passou a exercer uma função determinante para a criação de redes maiores – mas, ao mesmo tempo, mais personalizadas. Plataformas como o *Twitter*, em que as interações ocorrem de forma instantânea e constante, possibilitam a formação de identidade de grupos e a interação com membros externos. Esses ambientes se configuram, portanto, como arenas relevantes para a articulação entre diferentes atores, a promoção de ações políticas e a visibilização de pautas (ALMEIDA; DIENSTBACH; BARBOZA, 2021, p. 58).

Santos e Almada (2019, p. 23) destacam que, durante o ciclo de protestos de 2013, o *Twitter* foi utilizado como estratégia por ativistas para promover uma comunicação instantânea e massificada, facilitando a produção colaborativa e possibilitando espaços com interação entre diferentes públicos. Nesse aspecto, foi percebido como ferramenta para contrapor as mídias corporativas e construir narrativas próprias. Ao longo do tempo, a possibilidade de disputar os enquadramentos hegemônicos e produzir engajamento em um ambiente comunicacional tão amplo também promoveu a adesão de agentes oficiais à rede, e atualmente deputados, ministros, governadores, presidentes e diferentes representantes da política institucional utilizam o *Twitter* como uma de suas principais plataformas comunicativas, para comunicação ativa com eleitores e apoiadores sem necessidade de intermediários e tampouco a utilização da linguagem típica da mídia corporativa. Embora não substitua as mídias tradicionais – que também se inserem na rede por meio de seus

próprios perfis –, nesse sistema comunicacional os atores se adequam a novos elementos, em que as relações entre agentes institucionais, jornalistas, militantes e opositores políticos são parte de um sistema heterogêneo (SANTOS, ALMADA, 2019, p. 24).

De acordo com Almeida, Dienstbach e Barboza (2021), o *Twitter* institui uma faceta inédita para a disputa política, promovendo o surgimento de novos atores, deslegitimando intermediários clássicos e evidenciando o alargamento da esfera pública. Pelas conexões instantâneas da plataforma, o site de microblogs gera seu próprio código comunicativo e seus padrões de interação (VALE; SERRA, 2019). Nesse aspecto, o impacto do discurso perante o público também é medido em tempo real: quanto maior o número de seguidores, curtidas, *retweets* (repostagens), e *replies* (respostas), maior a influência de determinados atores para moldar a opinião pública em relação a um tema (VALE; SERRA, 2019, p. 6). Atores institucionais tradicionalmente utilizam a rede para enquadramentos que promovam a construção de uma identidade delimitada entre seus grupos, com enunciados que se caracterizam por significantes capazes de promover essa identificação ou diferenciação ideológica (ALMEIDA; DIENSTBACH; BARBOZA, 2021, p. 62). Desse modo, a produção de discursos oficiais via *Twitter* suscita o debate sobre as transformações que essas novas ferramentas introduzem nos modos de fazer política (VALE; SERRA, 2019, p. 4).

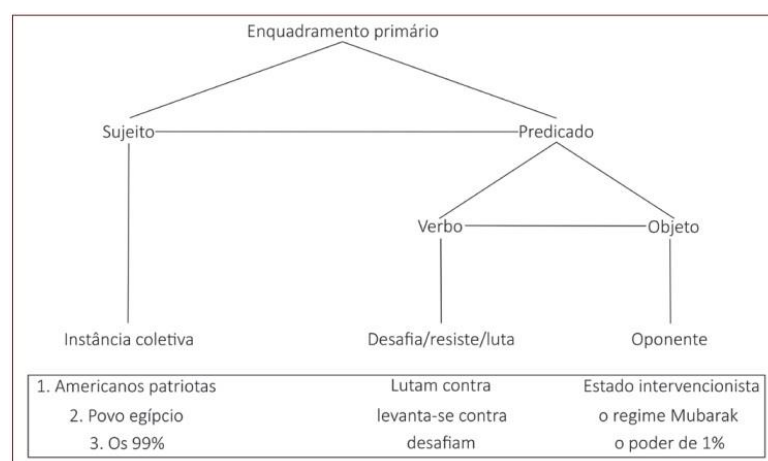
Dentre as possibilidades de análise do conteúdo produzido no *Twitter*, adotamos a teoria dos enquadramentos interpretativos, a qual consiste em uma apropriação do debate de Goffman (2012) sobre as formas como agentes sociais definem determinada situação, recortando elementos da realidade para produzir uma moldura (*frame*) que sintetiza o sentido daquela situação. Por meio desse debate, a literatura dos movimentos sociais do final do século XX buscou enfatizar dimensões interpretativo-culturais que estavam ausentes em abordagens mais estruturalistas, como a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). A teoria dos enquadramentos, nesse sentido, possibilita o foco tanto sobre os aspectos estratégicos quanto sobre os aspectos culturais e simbólicos na construção, na disseminação e nas disputas em torno dos significados das situações sociais.¹

Na literatura dos movimentos sociais, o principal modelo de análise quanto às tarefas nucleares do enquadramento interpretativo da ação coletiva é aquele que diferencia três elementos centrais: diagnóstico, prognóstico e motivacional. No diagnóstico, atores e atrizes buscam caracterizar determinada situação como um problema social, uma injustiça, algo que deve ser combatido (etc.), identificando e caracterizando os “culpados” por aquela situação e estabelecendo fronteiras identitárias entre “nós” e “eles”. No prognóstico, são apontadas as soluções para os problemas, bem como os planos para que essas soluções sejam efetivadas. Finalmente, o enquadramento motivacional é a dimensão emocional, o conteúdo que motiva ao engajamento e à ação (BENFORD; SNOW, 2000; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017).

Fazemos algumas ponderações quanto a esse modelo considerando o caso empírico analisado neste artigo. Primeiramente, a dimensão motivacional é mais direcionada à investigação dos enquadramentos construídos e disseminados pelos próprios agentes promotores da ação coletiva, uma vez que é uma espécie de “chamada à ação”. Nesse sentido, entendemos que essa dimensão tende a ser secundária na reação de atores e atrizes institucionais diante de um evento de protesto. Por isso, optamos por focar a nossa análise sobre as outras duas dimensões: diagnóstico e prognóstico.

Ademais, uma crítica frequente à teoria dos enquadramentos interpretativos da ação coletiva é a falta de modelos de análise mais operacionais que superem categorizações genéricas das molduras (FERNANDES; TEIXEIRA, 2018). Uma das alternativas a essa crítica é o modelo gramatical construído por Johnston e Alimi (2012). Nele, os autores buscam analisar a estrutura gramatical das enunciações de sentido a partir de três componentes: sujeito (caracterização do agente); verbo (ações realizadas pelo agente); e objeto (o que o agente quer e/ou a que ele se opõe).

Figura 1 - Modelo de análise gramatical de Johnston e Alimi (2012)



Fonte: JOHNSTON; ALIMI, 2012.

Entendemos que a combinação entre os dois modelos acima mencionados é promissora. Nesse sentido, nossa proposta é, quanto às postagens de Lula, Dino e Janones no *Twitter* sobre o protesto de 8 de janeiro, analisar o diagnóstico e o prognóstico construídos, sendo que para cada uma dessas dimensões analisamos os três elementos que compõem o modelo de Johnston e Alimi (sujeito, verbo e objeto). Nosso argumento é que, por meio da construção de um determinado diagnóstico sobre a situação (protesto), os representantes do governo produzem um prognóstico sobre quais ações seriam necessárias para “solucionar” a situação, buscando assim autolegitimar suas decisões.

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A COLETA E A ANÁLISE DAS NARRATIVAS OFICIAIS

Na delimitação dos perfis cujas postagens seriam analisadas para fins deste estudo, foram identificados três atores centrais no enquadramento dos protestos de 08 de janeiro: o presidente Lula, o Ministro da Justiça Flávio Dino e o deputado federal André Janones. O presidente Lula era percebido como um dos opositores centrais dos manifestantes e, enquanto chefe de Estado recém-eleito, representava papel imprescindível em relação às medidas governamentais de preservação institucional. O ministro Dino, por sua vez, simbolizava o agente estatal incumbido de garantir o restabelecimento do Estado democrático e a responsabilização dos manifestantes pelos atos ilícitos. Por fim, André Janones foi percebido como um porta-voz capaz de utilizar as redes para mediar os anseios da militância e a atuação governamental. O deputado foi considerado pelo governo como um dos líderes centrais da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o protesto de 08 de janeiro: seu uso intenso das redes, com *hashtags*, frases repetidas (“Janones eu autorizo”), frases curtas e muitos adjetivos, promovia uma “viralização” intensa das postagens, seja pelos apoiadores, seja pelos opositores.

Para a realização da coleta dos *tweets*² dos perfis escolhidos como objeto de análise, utilizamos duas estratégias concomitantes nas buscas. A primeira delas foi uma delimitação de tempo que compreendesse o ato de 08 de janeiro, a intensificação dos comentários e discussões sobre ele e alguns dos seus desdobramentos para o cenário político nacional. Com isso, o período de busca abrange o período de 08/01/2023 até 30/04/2023, que vai desde o ocorrido até a aprovação da criação da CPMI, em 26/04/2023.

A partir do período de abrangência da pesquisa, realizamos uma busca inicial para compreender as palavras-chave mais adequadas para a busca abrangente sobre 8 de janeiro. Desta forma, as palavras definidas para serem usadas como filtros para as buscas foram as seguintes: democracia, terrorismo/terrorista(s), anistia, golpista(s), “Janones eu autorizo”, fascismo/fascista(s), povo, bolsonarista(s), atos e CPMI. Com isso, foi coletado um total de 179 *tweets*, sendo 31 do presidente Lula, 68 do ministro Dino e 80 do deputado Janones.

Os dados foram inseridos em uma tabela, onde foram categorizados a partir das orientações teóricas do modelo de análise gramatical, cujo objetivo é identificarmos o sujeito, o verbo e o objeto construídos pelos atores para definir o diagnóstico e o prognóstico para o ocorrido de 08 de janeiro. A seguir, fazemos a discussão e a análise dos dados, demonstrando, para cada ator selecionado, quais os enquadramentos produzidos quanto ao diagnóstico e ao prognóstico. Ao final,

realizamos uma síntese dos enquadramentos, identificando e caracterizando quais as molduras interpretativas predominantes.

5 NARRATIVAS OFICIAIS SOBRE O PROTESTO DE 08 DE JANEIRO DE 2023

5.1 Lula

De modo geral, Lula mobiliza os enquadramentos diagnóstico e prognóstico de forma equilibrada em termos quantitativos. Nos primeiros dias após o 08 de janeiro, o enquadramento diagnóstico foi mais frequente, buscando caracterizar os acontecimentos e identificar as pessoas participantes como “fascistas”, “golpistas” e “vândalos golpistas”. Com o passar dos dias, Lula passou a ser mais propositivo ao divulgar a ocorrência de investigações e punições a participantes do protesto, além de situar a “extrema-direita” como um movimento global e se colocar a tarefa de conversar com lideranças políticas internacionais para impedirem o ressurgimento do “fascismo”. A seguir são detalhados esses enquadramentos.

5.1.1 Enquadramento diagnóstico

Quanto ao diagnóstico da situação de 08 de janeiro, Lula mobiliza uma interpretação negativa sobre quem são os manifestantes. O presidente da República recorrentemente classifica os manifestantes por termos como “fascistas”, “o que há de mais abominável na política”, “vândalos”, “golpistas”, “vândalos golpistas” e “pessoas que desrespeitam o povo e o Brasil”. As postagens sobre a temática no *Twitter* do presidente são mais recorrentes no mês de janeiro, buscando identificar desde os primeiros dias aspectos anteriores ao que culminou no 08 de janeiro, usando o termo “movimento” para identificar as pessoas que acamparam na frente dos quartéis, evidenciando que isso só foi possível em função de financiadores. No próprio 08 de janeiro, Lula identifica os discursos do ex-presidente Bolsonaro e dos partidos que deram suporte a ele como responsáveis por estimular os manifestantes no ato. No mês de fevereiro, passado um mês do ocorrido, Lula destaca que as pessoas que participaram do ato desrespeitaram o povo e o Brasil. Também há o esforço para associar o ato à extrema-direita, a qual estaria buscando corromper a ordem democrática. É possível notar, ao longo do tempo, uma continuidade na forma de enquadrar o sujeito por parte do presidente Lula, usando recorrentemente os termos “vândalos” e “golpistas”.

Quanto à ação dos manifestantes, predomina a interpretação de que os atos realizados durante o protesto de 08 de janeiro foram uma “barbárie”, “caminhada dos vândalos”, “destruição do

patrimônio público”, “atos golpistas” e “narrativa fascista”. Os *tweets* tendem, assim, a enfatizar o caráter violento do protesto, visto por Lula como uma consequência do negacionismo e do ímpeto antidemocrático de quem não quis respeitar o resultado das urnas e as instituições democráticas do país. O presidente também busca em alguns *tweets* apresentar responsáveis pelo ocorrido, dizendo que houve “falta de segurança” na sede dos três poderes. Verbos como “invadiram”, “estragaram” e “destruíram” estão presentes para se referir ao que manifestantes fizeram com a sede dos três poderes. Já os verbos “estimularam” e “financiaram” se direcionam para os discursos do ex-presidente Bolsonaro e às pessoas que financiaram os atos. Um aspecto de destaque na forma de demonstrar os estragos cometidos nos protestos é prestar reverência ao pessoal da manutenção e limpeza do Palácio do Planalto. Ademais, como presidente, alguns *tweets* são direcionados para agradecer o apoio de outros chefes de Estado que lamentaram e prestaram solidariedade ao Brasil após o ocorrido.

No que refere aos objetos do protesto, Lula indica a quais conteúdos os manifestantes do 08 de janeiro se opõem: a eleição, o processo eleitoral, a urna eletrônica e o resultado da eleição. Assim, Lula associa o protesto ao questionamento da urna eletrônica pela extrema-direita e pelo ex-presidente Bolsonaro. Outro aspecto evidenciado foi o alvo dos ataques, identificado como a sede dos três poderes. Aqui é destacado que as ações violentas adotadas no 08 de janeiro tinham o objetivo de causar estragos nos espaços que caracterizam a divisão dos poderes. Com o passar do tempo, os *tweets* passam a indicar que o real objeto da ação dos manifestantes são as instituições democráticas e a democracia.

Quadro 1 - Enquadramento diagnóstico de Lula

Sujeito	Verbo	Objeto
Fascistas, o que há de mais abominável na política, vândalos, golpistas, pessoas que desrespeitam o povo e o Brasil, extrema direita.	realizaram caminhada, atos golpistas e narrativas fascistas contra	as instituições democráticas e a democracia brasileira
	estimularam e financiaram atos golpista contra	as instituições democráticas, democracia, processo eleitoral e resultado da eleição
	invadiram, estragaram e destruíram	a sede dos três poderes e o patrimônio público
	negaram e duvidaram	do processo eleitoral e da urna eletrônica
	não acataram	o resultado da eleição

Fonte: autoria própria.

5.1.2 Enquadramento prognóstico

Ao abordar as ações que foram tomadas em resposta ao protesto de 08 de janeiro, o presidente Lula destaca a necessidade de uma união entre Executivo, Legislativo, Judiciário, governadores, prefeitos e progressismo democrático internacional para a defesa da democracia, no enfrentamento ao fascismo. Um ponto que perpassa a maioria dos *tweets* de Lula é o destaque para a

união democrática em reação ao 8 de janeiro. Para isso, ele fala que esteve no Palácio do Planalto com os presidentes do Poderes da República, Rosa Weber, presidente do STF, Vital do Rêgo, presidente em exercício do Senado, e Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados. Também informa que fez reuniões com representantes dos três poderes, comandantes militares, governadores dos estados e líderes de vários países para discutir o ocorrido. É destacada a caminhada na sede dos três poderes que o presidente fez ao lado de representantes de todos os estados e dos poderes da República, como ato simbólico em defesa da democracia. Um esforço constante do presidente é em colocar o ocorrido como um alerta global, informando que o “mundo sabe a importância de defendermos e cuidarmos da democracia no Brasil”.

Quanto às ações, parte significativa dos *tweets* é voltada para a necessidade de investigar e responsabilizar os manifestantes que cometeram os atos criminosos de 08 de janeiro. Esse aspecto de investigar e punir é direcionado para dois conjuntos de atores e atrizes: quem praticou os atos diretamente - ou seja, quem esteve presente e atuante na invasão à sede dos três poderes - e quem financiou o 08 de janeiro - ou seja, quem deu condições materiais para que a ação ocorresse. Segundo Lula, ambos os grupos, entendidos como criminosos e participantes no ato golpista, “pagarão com a força da lei”. Considerando a história recente do presidente Lula, uma ressalva feita é a espera de que a presunção da inocência seja respeitada (“Quero que todo o mundo tenha a presunção de inocência que eu não tive, mas quero que as pessoas sejam investigadas”). Para além da investigação e punição de manifestantes, financiadores e apoiadores, há o uso dos verbos “defender” e “apoiar” a democracia no Brasil, fazendo um apelo às forças democráticas nacionais. Além disso, Lula reconhece o caráter global da questão, mencionando que pretende “propor uma unidade global para não permitir o ressurgimento do fascismo”. Por fim, Lula coloca ênfase na necessidade de “recuperarmos” um Brasil que está mergulhado em ódio e desunião.

Sobre os objetos das ações tomadas, Lula destaca duas dimensões. A primeira delas são os objetos das ações de investigação e punição, que no caso seriam as pessoas criminosas que participaram da manifestação de 08 de janeiro e quem financiou e apoiou, por meio da omissão ou de incentivos diretos, a realização do ato. O nome do ex-presidente Bolsonaro surge para ser dito que se “tiver participação no que aconteceu, ele tem que ser punido”. A outra dimensão encontrada nos *tweets* do presidente tem como objeto a democracia, no sentido de que ela precisaria ser defendida e prevalecer sempre. Tendo a democracia como objeto, são encontrados dois desdobramentos: o primeiro destaca o ódio e a desunião presentes no país e a necessidade de aprendermos ou recuperarmos a capacidade de convivermos democraticamente na diversidade; já o outro desdobramento diz respeito à compreensão de que a extrema-direita está vinculada a um movimento

internacional, se direcionando à necessidade de proposição de uma unidade global para combater o ressurgimento do fascismo.

Quadro 2 - Enquadramento prognóstico de Lula

Sujeito	Verbo	Objeto
Poder Executivo, Poder Legislativo, Supremo Tribunal Federal, comandantes militares, governadores dos estados	devem encontrar, investigar e punir	criminosos que participaram do 8 de janeiro
	devem descobrir e punir ou investigar e chegar a	quem financiou e apoiou os atos de 8 de janeiro
	devem defender e apoiar	a democracia no Brasil
Nós, brasileiros	precisamos aprender a conviver ou recuperar a capacidade de conviver	democraticamente na diversidade, sem ódio e desunião
Progressismo democrático internacional, lideranças internacionais	devem propor	a unidade global contra o ressurgimento do fascismo

Fonte: autoria própria.

5.2 Flávio Dino

No dia 08 de janeiro, enquanto ocorria o protesto, Flávio Dino mobilizou enquadramentos diagnósticos para caracterizar os manifestantes como violentos e criminosos, identificando os ataques realizados pelos participantes à sede dos três poderes. No decurso dos dias e meses seguintes, Dino passa a reforçar a associação dos manifestantes ao golpismo, além de enfatizar os enquadramentos prognósticos, apontando as soluções que o governo identifica para lidar com a situação. Assim, na posição de Ministro da Justiça, Dino assume o papel de ser uma espécie de “porta-voz” das ações do governo na investigação e na punição aos responsáveis pelo protesto de 08 de janeiro, constantemente elogiando atores, atrizes e instituições que enfrentam os “criminosos”, “terroristas” e “golpistas”. A seguir são detalhados esses enquadramentos.

5.2.1 Enquadramento diagnóstico

Quanto ao diagnóstico do protesto de 08 de janeiro, Flávio Dino mobiliza uma interpretação amplamente negativa sobre quem são os manifestantes. O Ministro da Justiça recorrentemente classifica os manifestantes por termos pejorativos como “criminosos”, “extremistas”, “terroristas”, “golpistas”, “bandidos”, “homicidas”, “incompetentes e desvairados”, “covardes”, “valentes fake news”. Predomina o uso de categorias que buscam associar os manifestantes à criminalidade (“terroristas”, “criminosos”, “bandidos”), principalmente na primeira semana após a ocorrência dos protestos. Nas semanas seguintes, embora os termos ligados à criminalidade sigam ocorrendo, há ampliação do uso do termo “golpistas”, enfatizando-se que os atos teriam o objetivo de causar um

golpe de Estado contra a democracia. Dino vincula, ainda, o “golpismo” à “direita” do espectro político, embora não faça recorrentes associações a atores institucionais que representariam essas ideias golpistas. A partir do mês de fevereiro, amplia-se o uso de termos ligados à valoração negativa dos manifestantes a partir de um ponto de vista moral, com o uso de termos ligados à falta de coragem (“covardes”), à loucura (“desvairados”) e à mentira (“valentes fake news”, “turma das fake news”). Em nenhum momento, Dino utiliza o termo “manifestantes” para se remeter aos atores que promoveram o protesto.

Quanto à ação dos manifestantes, predomina a interpretação de que os atos realizados durante o protesto foram “violentos”, “criminosos” e “terroristas”. Os *tweets* tendem, assim, a ressaltar o caráter violento dos protestos, vistos como uma “tentativa de impor” a vontade dos manifestantes a despeito das instituições democráticas. Dino enfatiza algumas ações realizadas pelos manifestantes, como a invasão, o ataque e a depredação do Congresso Nacional, a agressão a jornalistas e o roubo de um exemplar da Constituição de 1988. Sobre este último ponto, Dino usa a metáfora de que os manifestantes teriam tentado “assassinar” a Constituição para enfatizar o caráter antidemocrático do protesto. Entre o final de janeiro e o início de fevereiro, o Ministro da Justiça começa a fazer algumas postagens interpretando a conjuntura que desencadeou o protesto. Dino expressa que haveria atores dedicados a dilapidar a democracia brasileira por meio da conspiração, do planejamento e do financiamento dos protestos, inclusive por meio do questionamento do processo eleitoral. Dino cita a atuação da Polícia Rodoviária no segundo turno das eleições presidenciais de 2022 como um sintoma desse processo. Ademais, o Ministro da Justiça resalta a importância do “modelo de negócio das plataformas” digitais como um disparador do extremismo político.

Sobre o objeto dos protestos, Dino, por um lado, indica a quais conteúdos os manifestantes se opõem. Na visão do Ministro da Justiça, os manifestantes são contrários à democracia, ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal e à Pátria. Quanto àquilo que os manifestantes desejam, Dino entende que eles buscam tomar o poder “pela força”, ou seja, um golpe de Estado. Ademais, Dino transcende a esfera política ao interpretar que os manifestantes querem “tumulto, ódio e medo”, ou seja, criar uma atmosfera de caos e desordem. Fazendo uma associação religiosa ao que Jesus, nas palavras de Dino, define como “sepulcros caiados”, o Ministro afirma ainda que os manifestantes ostentariam “supostos valores da família”, mas na prática seriam “capazes de crimes hediondos”.

Quadro 3 - Enquadramento diagnóstico de Dino

Sujeito	Verbo	Objeto
Criminosos, extremistas,	realizaram atos violentos, criminosos e terroristas contra	a democracia, a ordem democrática

terroristas, golpistas, bandidos, incompetentes, desvairados, covardes, valentes da fake news	tentaram impor	sua vontade, sua força
	tentaram perpetrar	um golpe de Estado
	invadiram	os três poderes
	depredaram	o Congresso Nacional
	agrediram	jornalistas
	roubaram e assassinaram	a Constituição
	querem	tumulto, ódio e medo

Fonte: autoria própria.

5.2.2 Enquadramento prognóstico

Ao abordar as ações que foram realizadas para responder ao protesto de 08 de janeiro, Dino ressalta alguns atores centrais. Primeiramente, na posição de Ministro da Justiça, Dino usa o *Twitter* como plataforma de comunicação para informar quais as ações tomadas por ele e pelo seu ministério. Além disso, Dino destaca a atuação do interventor federal da Segurança no DF, Ricardo Cappelli, do presidente Lula, da Força Nacional e da Polícia Federal. A interpretação de Dino sobre esses atores tende a ser positiva e elogiosa. Especificamente, Dino informa quais são as atribuições de cada instituição (como a distinção entre o papel constitucional das Polícias Militares na preservação da ordem em comparação ao papel da Polícia Federal como polícia judiciária) e indica a realização de consultas com “especialistas” (por exemplo, para realização de propostas legislativas de fortalecimento dos três poderes). Assim como ocorre no diagnóstico, Dino faz algumas analogias religiosas ao mencionar Deus como referência sobre o que deve ser feito (“Deus não fez anistia, Deus aplicou a lei”).

Quanto às ações, parte significativa dos tweets de Dino no período é focada em mencionar as atividades realizadas para investigar e responsabilizar os manifestantes. Dino menciona recorrentemente a intervenção federal no DF e, principalmente, a ação da Polícia Federal na investigação dos manifestantes. Tal investigação envolve, segundo o Ministro da Justiça, os “procedimentos de prisão em flagrante”, o “cumprimento de mandados de busca e apreensão” emitidos pelo Judiciário e a “continuidade das investigações” a partir de novos pedidos do Judiciário. Dino também menciona o papel do Ministério da Justiça ao receber informações sobre os “atentados terroristas” por e-mail. Em suma, Dino é enfático em defender a identificação e a punição dos manifestantes e dos financiadores do protesto (nas suas palavras, eles “pagarão com a força da lei”). Embora a investigação tenha centralidade nos seus tweets, Dino informa outras ações e propostas, como reuniões com outras autoridades, um “pacote de propostas legislativas pela Democracia” e uma “proposta sobre internet e crimes”. Ademais, ele mobiliza o *Twitter* para justificar as estratégias do Ministério e tende a ressaltar o “sucesso” das ações tomadas e a emitir mensagens em tons positivos, esperançosos e legalistas, como “a verdade e a força da lei vencerão”.

Sobre o objeto das ações tomadas, Dino interpreta que as instituições que combatem os manifestantes buscam o “restabelecimento da ordem democrática” e a “defesa da Constituição e das leis”. Ao classificar a si e aos seus aliados como defensores da Constituição, Dino, por outro lado, entende ser necessário punir, por meio de prisões, os manifestantes que cometeram crimes. O Ministro da Justiça, em suma, mobiliza uma interpretação de defesa e proteção da lei e de combate ao “terrorismo” e ao “golpismo” por vias penais. Adicionalmente, Dino cita a importância da regulamentação de crimes na internet, uma vez que entende que as “fake news” tiveram um importante papel na propagação de ideias golpistas.

Quadro 4 - Enquadramento prognóstico de Dino

Sujeito	Verbo	Objeto
Presidente da República, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Força Nacional, Interventor Federal de Segurança do DF, Judiciário	buscam reestabelecer	a democracia, a ordem democrática
	defendem	a Constituição e as Leis
Ministério da Justiça, Polícia Federal e Judiciário	investigam e punem	os criminosos, terroristas, golpistas

Fonte: autoria própria.

5.3 André Janones

De modo geral, o deputado André Janones mobiliza mais enquadramentos na forma de diagnósticos em suas postagens. A maior parte de seus *tweets* sobre os protestos foi realizada em 08 de janeiro e nos dias subsequentes, com especial enfoque na defesa de ideais democráticos e no enquadramento dos manifestantes como “terroristas”, “bandidos” e “golpistas”, denunciando e divulgando práticas violentas durante os protestos. As postagens de prognóstico apontam principalmente para a punição dos manifestantes e financiadores do ato, do ponto de vista jurídico-criminal, bem como para a necessidade de fortalecimento democrático. Paradoxalmente, o Exército e a Polícia Federal são as instituições mais citadas e que assumem maior relevância nessa narrativa.

5.3.1 Enquadramento diagnóstico

Quanto ao diagnóstico sobre 08 de janeiro, Janones faz questão de usar adjetivos negativos nos *tweets* sobre os protestos. Em nenhum momento palavras como “manifestantes”, “manifestação” ou “protesto” são utilizadas. “Terroristas” é o principal termo usado para caracterizar os manifestantes nas primeiras reações, ainda no dia 08, juntamente com “bandidos”, “golpistas” e “bolsonaristas”. Nos dias subsequentes, o adjetivo “terroristas” perde força, e termos vinculados à responsabilização penal dos manifestantes são mais repetidos: “bandidos”, “criminosos de alta

periculosidade”, “bandidos de estimação”. Além disso, com o reforço da defesa da democracia, o uso do termo “golpistas” também é bastante repetido. Reiteram-se também as associações dos manifestantes aos seus líderes políticos: notícias sobre Jair Bolsonaro, Bia Kicis, Anderson Torres, Marcos do Val e Carlos Bolsonaro são diretamente vinculadas ao protesto, e esses nomes são apontados como lideranças dos manifestantes. Há uma contraposição clara entre “nós” e “eles”: em diferentes postagens, sujeitos como o “povo de verdade” e a “gente mesmo, que carrega esse país nas costas”, se opõem a “golpistas” e “essa raça maldita”. A partir de abril, o discurso torna-se menos agressivo: expressões que focam na posição política dos manifestantes, como o termo “bolsonaristas”, ou na gravidade das ações praticadas (“pessoas que participaram dos atos terroristas”) são usadas em *tweets* que descrevem o contexto da instauração da CPML.

Quanto à ação dos manifestantes, é descrita por Janones como “ataque terrorista” e “barbárie”, por meio de comportamentos violentos. Há *tweets* em que as ações são descritas em mais detalhes: “sobem em cima do prédio e começam uma arruaça”, “portam pedaços de pau e barras de ferro”. A conveniência das instituições de polícia com essas ações é reiterada desde as primeiras postagens, em trechos como “caminharam livres e com escolta” e “estão infiltrados na PM e na polícia legislativa”. Acusações de prática de crimes são mais frequentes nas postagens ainda do dia 08 de janeiro, como “ATIRAM CONTRA A SEGURANÇA DO PRÉDIO”, “roubam computadores, mesas, cadeiras e até PORTAS”, reforçando a conduta agressiva e violenta dos manifestantes: “querem um cadáver”, “não há neles receio de ferir, matar ou destruir”. Também são exploradas estratégias dos manifestantes: “invadir o STF, causar o que puder de baderna”, “atentar contra o Estado Democrático de Direito”. Os atos do protesto são também vinculados a outras práticas anteriores, integradas a uma agenda política como em “POR VEZES AMEAÇARAM A VIDA E A INTEGRIDADE DO PRESIDENTE LULA” e “É assim que eles funcionam: despertam o ódio nas pessoas, plantam os crimes, e depois lavam as mãos”. Ao longo dos dias, as ações dos manifestantes vão sendo vinculadas às práticas de líderes e militantes bolsonaristas, em oposição ao resultado eleitoral, por meio de análises como: “depois de duvidarem da urna eletrônica, não quiseram acatar o resultado”.

Quando trata das ações praticadas no dia 08 de janeiro, Janones utiliza como objetos centrais as instituições (“o Congresso Nacional”, “o STF”), seu patrimônio (“o relógio de Dom João VI”) e seus membros (“a segurança do STF”, “os funcionários de plantão”), aos quais se contrapõem os manifestantes pela destruição e ataque diretos. Na motivação dos protestos, entende que atacam a democracia e o Estado Democrático de Direito, por insatisfação com o resultado eleitoral. Também são referidos possíveis aliados (“infiltram-se na PM e na polícia legislativa”, “caminham livres e com escolta até o local do crime”).

Quadro 5 - Enquadramento diagnóstico de Janones

Sujeito	Verbo	Objeto
Terroristas, bandidos, golpistas, bolsonaristas, criminosos de alta periculosidade, raça maldita,	caminham	livres e com escolta até o local do crime
	despertam	o ódio nas pessoas
	não querem	o resultado eleitoral
	destroem	o relógio de Dom João VI (no STF)
	causam; começam	arruaça; baderna
	invadem; depenam; roubam	o STF; o Congresso Nacional
	ateiam fogo	no Congresso Nacional
	ameaçam	funcionários de plantão; a vida do presidente Lula
	querem	um cadáver
	matam	a democracia
	atiram	contra a segurança do STF
	atentam	contra o Estado Democrático de Direito
	infiltram-se	na PM e na polícia legislativa

Fonte: autoria própria.

5.3.2 Enquadramento prognóstico

Quanto ao prognóstico de resposta ao protesto de 8 de janeiro, os atores citados por André Janones são principalmente o Ministério da Justiça, a AGU, o Exército e a Polícia Federal. Em todas as postagens, os sujeitos são citados em tom elogioso, para divulgar ações bem-sucedidas. São citados nominalmente o ministro Flávio Dino e o presidente Lula, também para divulgar e elogiar sua atuação, inclusive em comparação com a invasão do Capitólio nos EUA, em que ‘foi quase UM ANO para que 400 prisões fossem efetuadas’. Em relação à responsabilização sobre os atos também são citados com frequência, em tom de cobrança, o governador do DF, Ibaneis Rocha, e o secretário de Segurança Pública. O próprio gabinete do deputado é um dos sujeitos referidos na atuação de combate aos manifestantes.

Quanto às ações, são divulgadas iniciativas como a criação da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia e de um e-mail para a população auxiliar na identificação de manifestantes, bem como o crescimento das prisões de manifestantes. Também são referidas atuações mais gerais - com caráter de elogio e vinculadas à retomada da democracia - do ministro Flávio Dino (“conseguiu contornar a situação”) e do presidente Lula (“Centralizando as ações em favor da democracia...”). Sobre os agentes de governo do DF, as ações são citadas em tom de reivindicação, requerendo medidas para auxiliar na investigação dos atos (“ir até a câmara se explicar”, “prestar esclarecimentos”). Por fim, o próprio Janones presta informações sobre a atuação, sem delimitar, no entanto, ações específicas (“fazendo tudo que está ao meu alcance”). As postagens voltam-se também a incitar os seguidores do deputado a apoiarem suas ações em prol de uma CPML, pela repetição em diferentes *tweets* da frase “JANONES EU AUTORIZO”.

Sobre os objetos das ações tomadas, trata-se especialmente de retomar ideais democráticos que teriam sido atacados pelos manifestantes. No prognóstico, a descrição dos protestos já é menos relevante, surgindo como “cenas”, “a situação”, “atos”. Os participantes, ainda categorizados como “golpistas”, “bandidos”, ou por seus “acampamentos”, são objetos importantes em contraposição às ações estatais, a partir de verbos como “identificar”, “prender”, “desmontar”. Já as ações pontuais, como a operação Lesa Pátria e a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia, são objetos que reforçam a adoção de medidas institucionais práticas, primeiramente pela punição dos envolvidos, mas também pela prevenção de novos atos. Sobre o governo do DF, o objeto que se apresenta envolve a apuração de responsabilidades (“prestar esclarecimentos”, “assumir responsabilidade”).

Quadro 6 - Enquadramento prognóstico de Janones

Sujeito	Verbo	Objeto
Governador do DF, Secretário de Segurança Pública	assumem	responsabilidade
	prestam	esclarecimentos
Flávio Dino	contorna	a situação
Lula	centraliza	as ações em favor da democracia
AGU	evita	que cenas se repitam
	cria	Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia
Ministério da Justiça	identifica	golpistas
Polícia Federal	prende	bandidos, golpistas
	deflagra	operação Lesa Pátria
Exército	desmonta	acampamentos
meu gabinete	está fazendo	tudo que está ao meu alcance para que os terroristas paguem pelos seus atos

Fonte: autoria própria.

5.4 Síntese dos enquadramentos

Os enquadramentos mobilizados por Lula, Dino e Janones tendem a convergir para uma narrativa composta por molduras que se articulam e se retroalimentam. Na dimensão de diagnóstico, identificamos dois enquadramentos centrais: um que denominamos “crime e desordem” e outro que denominamos “golpismo”. Na dimensão prognóstico, verificamos dois enquadramentos principais: um “punitivista” e um de “defesa da democracia”.

Quadro 7 - Enquadramento diagnóstico “Crime e desordem”

Sujeito	Verbo	Objeto
Características que denotam a violência, o crime e o desajuste moral ³	Ênfase sobre o repertório contencioso e disruptivo	Defesa do caos e do ódio

Fonte: autoria própria.

Quadro 8 - Enquadramento diagnóstico “Golpismo”

Sujeito	Verbo	Objeto
----------------	--------------	---------------

Fascistas, extrema direita, bolsonaristas	Ênfase sobre o repertório de planejamento, financiamento e tentativa de subversão da ordem democrática	Oposição ao regime democrático, incluindo seus símbolos, processos e instituições
---	--	---

Fonte: autoria própria.

Quadro 9 - Enquadramento prognóstico “Punitivista”

Sujeito	Verbo	Objeto
Forças de Seguranças, instituições do Executivo e do Judiciário responsáveis pela persecução penal	Ênfase sobre o repertório punitivo estatal	Oposição àqueles que teriam cometido crimes

Fonte: autoria própria.

Quadro 10 - Enquadramento prognóstico “Defesa da Democracia”

Sujeito	Verbo	Objeto
Campo democrático, envolvendo atores do Executivo, Legislativo e Judiciário e lideranças internacionais	Ênfase sobre mensagens de esperança, união e defesa da ordem democrática	Defesa ao regime democrático, incluindo seus processos e suas instituições

Fonte: autoria própria.

O enquadramento diagnóstico “crime e desordem” se aproxima das teorias clássicas do comportamento coletivo, que entendem o protesto como expressão do irracionalismo das massas, pela irrupção e propagação de emoções básicas, como medo e raiva (LE BON, 1897). Ademais, esse tipo de enquadramento tende à deslegitimação do protesto, pelo não reconhecimento das demandas pleiteadas como válidas, lícitas ou socialmente relevantes. Nesse sentido, aproxima-se do que a literatura denomina como “paradigma do protesto”, uma prática jornalística de desqualificar manifestantes e deslegitimar suas pautas (FERES JR. *et al.*, 2019). É interessante notar que o “paradigma do protesto” geralmente é um conceito usado para caracterizar a cobertura da mídia corporativa a protestos progressistas. No caso aqui analisado, pelo contrário, atores institucionais identificados com o campo progressista mobilizam dimensões do “paradigma do protesto” para não reconhecer o protesto em análise como ação coletiva legítima, mas sim como ato “criminoso”. Ao mesmo tempo, a recorrência do termo “terroristas” na narrativa desses atores subverte a lógica tradicional de uso da “ameaça terrorista”, dado que historicamente esse tipo de estratégia discursiva tende a ser mobilizado pelo campo conservador - e não pelo campo progressista - como mecanismo de pânico moral para justificar política punitivistas (FREITAS, 2020).

O enquadramento diagnóstico “golpismo”, por outro lado, atribui um caráter político à ação dos manifestantes, salientando que o protesto teria a finalidade de realizar um golpe de Estado. Nesse ponto, a narrativa dos atores tende a enfatizar os atos preparatórios e a estrutura de recursos (ex.: financiamento) que possibilitou a ocorrência do protesto, aproximando-se dos preceitos da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e negando a ideia de que o protesto seria uma expressão “espontânea” das massas (MCCARTHY; ZALD, 1977). Ademais, esse enquadramento tende a explicitar disputas pelo poder institucional, uma vez que os atores analisados buscam associar o

“golpismo” ao bolsonarismo, responsabilizando o ex-presidente Bolsonaro por incentivar ou, ao menos, ser conivente com a ação dos manifestantes.

Os enquadramentos prognósticos tendem a ser apresentados como respostas aos diagnósticos. O enquadramento prognóstico “punitivista” - o qual se configura, centralmente, como uma resposta ao enquadramento diagnóstico “crime e desordem” - enfatiza as ações para investigação e punição dos manifestantes, como a emissão de mandados de busca e apreensão, a realização de prisões etc. Nesse ponto, novamente, os atores do campo progressistas tendem a encampar uma narrativa que, historicamente, está mais associada ao conservadorismo e à doutrina de “lei e ordem”. O cenário analisado, nesse sentido, suscita o debate em torno do “punitivismo de esquerda” (KARAM, 2021) e da aposta no legalismo como meio de resolução de problemas.

O enquadramento prognóstico “defesa da democracia”, por seu turno, tende a ser uma resposta ao enquadramento diagnóstico “golpismo”. Nesse aspecto, fica nítida a diferenciação que os atores analisados fazem entre “nós” e “eles”, reconhecendo a si mesmos como representantes do “campo democrático” contra os golpistas. O conteúdo desse enquadramento, assim, tende à autolegitimação, ao mesmo tempo em que, diferentemente do enquadramento “punitivista”, as ações adotadas assumem um caráter genérico. Ou seja, o enquadramento “defesa da democracia” encampa mensagens de esperança e união, sem apontar um conjunto de ações concretas por meio das quais essas mensagens poderiam ser efetivadas.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo buscamos identificar os enquadramentos interpretativos produzidos por representantes do governo sobre os atos de 08 de janeiro, a partir da análise de conteúdos dos perfis no *Twitter* de três agentes centrais: o presidente Lula, o ministro Dino e o deputado Janones. Partindo de uma revisão sobre os estudos que utilizam o *Twitter* como fonte para análise de conteúdo de narrativas políticas, passamos à apresentação da metodologia, proveniente dos estudos sobre enquadramentos de atos de protesto. A investigação empírica envolveu a pesquisa por palavras-chave nos perfis supracitados e a categorização dos dados sob a forma de diagnósticos e prognósticos contidos nos enquadramentos, considerando o modelo de análise gramatical de Johnston e Alimi (2012), que observa enunciações de sentido sob a forma de sujeitos, verbos e objetos.

Os resultados apontam para a categorização das postagens em quatro temas, relacionados ao conteúdo dos enquadramentos: “Crime e Desordem” e “Golpismo”, nos *tweets* que promovem diagnósticos, e “Punitivista” e “Defesa da Democracia”, em relação aos prognósticos. Importa destacar que as categorias “Crime e Desordem” e “Punitivista” estabelecem par entre si, eis

que o diagnóstico que enquadra manifestantes como criminosos apontam para um prognóstico de punição criminal. Do mesmo modo, os temas “Golpismo” e “Defesa da Democracia” relacionam-se entre si na medida em que o diagnóstico dos atos como golpe enseja discursos de retomada de ideais democráticos.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BARBOSA, P. S.; ROCHA, P. M. A (re) execução de Marielle Franco a partir das lentes de O Globo no Twitter. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 51-71, 2018.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Master Frames and Cycles of Protest. *In*: Morris, A. D.; Mueller, C. M. (eds.). **Frontiers in Social Movement Theory**. New York: Yale University, 1992.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, Salvador, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000.
- CESARINO, L. Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], n. 82, p. 162–188, 2022.
- CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo- neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530–557, 2019.
- CONSTANTE, B. "Sou antipetista por um império de racionalidade": os discursos políticos produzidos por Reinaldo Azevedo na mídia social Twitter (junho 2013-dezembro 2015). **Oficina do Historiador**, v. 14, n. 1, 2021.
- CORIOLOANO, J. F.; DE ANDRADE, E. R.. A hostilização do (O) outro no contexto das eleições presidenciais de 2018. **Domínios de Linguagem**, v. 16, n. 03, p. 1075-1119, 2022.
- FERES JR.; CANDIDO, M. R.; MELO, P. B. de; VIEIRA, L. R. A cobertura jornalística das greves gerais de 2017: paradigma de protesto ou militância política. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 495-530, 2019.
- FERNANDES, E. G.; TEIXEIRA, A. N. Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 3, p. 915-937, 2018.
- FREITAS, V. T. de. **Quem são os terroristas no Brasil?** A lei antiterror e a produção política de um inimigo público. Curitiba: CRV, 2020.
- JOHNSTON, H.; ALIM, E.Y. Primary Frameworks, Keying and the Dynamics of Contentious Politics: The Islamization of the Chechen and Palestinian National Movements. **Political Studies**, v. 60, n. 3, p. 603-620, 2012.

KARAM, M. L. **A "esquerda punitiva" vinte e cinco anos depois**. São Paulo: Tirant Lo Blanch Brasil, 2021.

LE BON, G. **Crowd: a study of the popular mind**. London: T.F. Unwin, 1897.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, 1977.

MOTA, F. A.; FORTE, J. P. S.. A ascensão da extrema direita e os desafios ao estado democrático de direito no Brasil (2018-2022). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 54, n. 1, p. 259–287, 2023.

PEREIRA, M. M.; SILVA, M. K. O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 1, p. 189-216, 2017.

PIAIA, V. et al. “Breque dos Apps”: Uma Análise Temporal de Comunidades e Influenciadores no Debate Público Online no Twitter. **Comunicação e sociedade**, n. 39, p. 57-81, 2021.

OLIVEIRA, H. H. A. A democracia brasileira morreu? **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 2022.

RECUERO, R.; BITTENCOURT, M. C. A.; ZAGO, G.. O discurso de veículos jornalísticos e a repercussão da audiência no Twitter sobre os protestos de 15 de março de 2015 no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, p. 115-134, 2016.

SANTOS, N.F.; ALMADA, M. N.. Midiativismo em rede: Twitter e as críticas aos meios de comunicação tradicionais em um sistema híbrido de comunicação. **Esferas**, n. 14, p. 18-36, 2019.

SINGER, A. Regime autocrático e viés fascista: um roteiro exploratório. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 116, n. 116, p. 53–82, 2022.

SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 143-164, mar. 2017.

SNOW, D. A.; BYRD, S. C. Ideology, Framing Processes, and Islamic Terrorist Movements. **Mobilization: An International Quarterly Review**, v. 12, n. 1, p.119-136, 2007.

TEIXEIRA, A. N.; FERNANDES, E. G.; SILVA, M. K. Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre. **Plural**, v. 27, n. 2, p. 166-185, 2020.

VALE, Pedro David Aguilón; SERRA, Jellicy Narváez. Comportamiento del lenguaje de líderes políticos venezolanos en el uso de Twitter. **Signo y Pensamiento**, v. 38, n. 74, 2019.

Notas

¹ Para uma revisão do conceito de *frame* em Goffman e sua apropriação pela literatura dos movimentos sociais, ver Silva, Cotanda e Pereira (2017).

² Realizamos a coleta somente dos *tweets* feitos pelo perfil pesquisado. Assim, os *retweets* realizados não estão sendo considerados na análise. A justificativa para a não coleta dos *retweets* é que não conseguiríamos garantir a equidade entre os três perfis, pois identificamos algumas limitações na ferramenta de buscas do *Twitter*.

³ Por “desajuste moral” definimos o conjunto de características que atribuem aos manifestantes uma espécie de inferioridade moral (“covardes”, “desvairados”, “raça maldita” etc.).